

A divisão do PFL agrada às esquerdas

O surgimento de dois novos grupos suprapartidários, autodefinidos como de centro-esquerda, com a participação de uma parcela significativa de parlamentares do PFL, foi apontado, ontem, por correntes do PMDB como um fato político de grande importância, na medida em que enfraquece a tendência direitista dentro da Assembleia Nacional Constituinte. O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), vice-líder do senador Mário Covas na Constituinte, que participou da reunião do grupo suprapartidário formado pelo deputado Jayme Santana (PFL-BA) disse que a iniciativa do PFL "quebra a perna de cálculo da direita, que até então pensava contar com o apoio da totalidade dos pefelistas".

Segundo o deputado Jayme Santana o grupo já conta com cerca de 30 parlamentares do PFL (20 deputados e 10 senadores) que tenta uma aproximação com setores avançados do PMDB e de outros partidos, como por exemplo o PDT, com o intuito de fazer uma Constituição progressista e moderna para o país, mas sem radicalizações. O grupo já tem o apoio dos peemedebistas Miro Teixeira, Pimenta da Veiga, Paulo Macarini e Euclides Scalco e do deputado pedetista Roberto D'Ávila. "Nessa primeira reunião definiu duas questões de extrema importância para o desenvolvimento dos trabalhos: a primeira foi deixar de fora questões como o sistema de governo e ser adotado e o tempo de duração do mandato do presidente Sarney, que deverão ser decididas no voto; a segunda foi a detecção de pelo menos 15 pontos de conflito dentro da Constituinte, para tentarmos um entendimento em torno deles", explicou Santana. Ele disse que a próxima reunião está marcada para quarta-feira e que até lá a tarefa dos membros do grupo é tentar ampliar o leque.

O deputado Miro Teixeira concorda que questões como o mandato de Sarney e o sistema de governo sejam deixadas de fora: "Não podemos inviabilizar questões imprescindíveis para o país como a ordem econômica e social a ser adotada na nova Constituição, em razão dessas questões de cunho político". Entre os pontos a serem buscados no acordo, estabelecidos na reunião, ele ressaltou a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho no capítulo dos trabalhadores, a reforma agrária, o conselho de comunicação, o monopólio do petróleo, a anistia e a nacionalização da exploração de minérios.

Já o deputado Amauri Muller, vice-líder do PDT, disse que ainda não havia sido contactado pelo grupo de Santana, mas que a princípio era simpático à ideia: "Tenho pregado há muito tempo a necessidade de formação de um bloco suprapartidário progressista dentro da Constituinte e acho que este é o momento certo de fazê-lo, diante do caráter entreguista do anteprojeto apresentação pela Sistematização. Agora, há algumas questões de fundo que não podemos abrir mão como o monopólio do petróleo e das telecomunicações, a reforma agrária, enfim questões que envolvem a soberania de nosso país".

Parlamentaristas

Um outro grupo, formado por um núcleo de constituintes parlamentaristas que trabalham juntos desde a Comissão de Organização dos Poderes, também começa a se reunir, na busca de uma Constituição de tendência centro-esquerdista. A informação é do deputado Juthay Júnior (PMDB-BA), que não descarta a possibilidade de fusão com o grupo organizado por Jayme Santana. Ele informou que o seu grupo já conta com mais de quarenta parlamentares do PFL, PMDB e até do PDS, todos lutando por uma Carta avançada, mas sem radicalismos: "A nossa intenção é preparar emendas para a fase de plenário. É claro que eu, como peemedebista, tenho os olhos voltados para o programa do PMDB, por isso dentro do PFL o nosso diálogo é com o grupo insatisfeito com a liderança direitista exercida por José Lourenço (líder do PFL).



Duque teme fracasso



Bonifácio, parlamentarista



Genoíno, presidencialista

Começa reação contra o regime parlamentar

Apesar da tendência aparentemente majoritária na Assembleia Nacional Constituinte em favor do parlamentarismo, este sistema de governo começa a despertar reações negativas entre os constituintes, menos por sua essência do que pelo modo como a questão está sendo encaminhada no país.

Em termos partidários, apenas duas agremiações, o PDT e o PT, se opõem ao parlamentarismo. Quem justifica a posição do PDT é o deputado Vivaldo Barbosa (RJ), favorável, antes, à transformação do atual presidencialismo, para que ele se adeque à participação popular no processo democrático.

O deputado José Genoíno, do PT paulista, vê como principal desvantagem do parlamentarismo o fato de que, através deste sistema, o povo, a seu ver, ficará mais afastado do poder. Para Genoíno, sob o presidencialismo é possível que o eleitorado escolha um chefe de governo identificado com as aspirações populares. No parlamentarismo, porém — acrescenta o representante do PT —, em face das atuais condições brasileiras, dificilmente será eleito um Parlamento de maioria reformista.

Enquanto o PT e o PDT fazem restrições apenas conjunturais ao parlamentarismo — Vivaldo Barbosa está convencido de que o presidencialismo será preservado até o final do século —, em outros partidos existem parlamentares que são presidencialistas por convicção, como os presidentes do PMDB e do PFL, respectivamente Ulysses Guimarães e Marco Maciel. Ambos afirmam que a tradição brasileira, apesar do Império, é presidencialista.

No caso de Ulysses, porém, sua preferência pessoal, não o impede de ser considerado, hoje, virtual primeiro-ministro de Sarney, caso o parlamentarismo seja instaurado.

O presidente do PMDB contesta que existam entendimentos com o governo, principalmente com o presidente

Sarney, visando a sua indicação para chefe do primeiro governo parlamentarista, se este sistema for aprovado pela Constituinte.

As dúvidas que pairam sobre os supostos entendimentos do presidente do PMDB com o presidente da República foram responsáveis pela mudança de ideias de vários parlamentaristas. A tese do parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente não convenceu os partidários da redução do mandato presidencial — alguns deles parlamentaristas — e muitos constituintes sustentam que tanto Sarney quanto seus auxiliares mais diretos só aceitam, daquela proposta, o mandato de cinco anos.

No PMDB, onde o parlamentarismo é particularmente forte, o deputado Maurício Fruet, do Paraná — que está preparando a Convenção Nacional do partido, nos próximos dias 18 e 19 — diz que os peemedebistas só se definirão de fato em torno do assunto cerca de uma semana antes daquela reunião.

Da pauta da convenção faz parte uma consulta expressa aos convencionais do PMDB — mais ou menos 750 peemedebistas, com direito a 890 votos — sobre o parlamen-

tarismo e o presidencialismo, embora a questão mais importante a ser ali definida diga respeito ao prazo do mandato de Sarney.

"Por enquanto" — assegura Fruet —, "não sabemos exatamente qual a preferência do PMDB".

Apesar da dúvida do representante paranaense do PMDB, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), parlamentarista convicto ("qualquer avanço parlamentarista é melhor do que qualquer fórmula presidencialista"), afirma que o inconsciente coletivo peemedebista quer o parlamentarismo, pois todos, no fundo, querem também governar".

Para o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), favorável ao parlamentarismo, este sistema exige, no entanto, a adoção do voto distrital misto e uma profunda reforma administrativa, capaz de proporcionar quadros administrativos eficientes, formados a partir do mérito individual".

Da mesma forma que Duque, outros parlamentaristas temem que o novo regime possa fracassar, na hipótese de ser adotado apenas para resolver uma situação de crise política, econômica e social. (Rubem Azevedo Lima).

Planalto frustra os políticos

Por trás do aparente estímulos de setores palacianos, em certa fase, a favor do parlamentarismo, existe plena convicção na Constituinte de que o presidente Sarney — autor de emenda parlamentarista, quando senador — mudou de ideia e muitos de seus ministros viajam hoje pelos estados, a fim de conseguir, através dos governadores, que os constituintes também se curvem ao presidencialismo. Alguns deputados e senadores, contactados em seus respectivos estados, mostraram-se igualmente pouco receptivos ao parlamentarismo e ao mandato presidencial de cinco anos. Essa reação, trazida ao Palácio do Planalto, causou desencanto, pois se esperava em Brasília que as pressões funcionassem nos dois casos (sistema de governo e mandato) de acordo com os interesses governamentais. Um

dos ministros que percorreram os estados do Norte e Nordeste, em consultas políticas, confidenciou a dirigentes do PMDB que existem governadores favoráveis a que o presidente Sarney não insista nos cinco anos de mandato. Um desses governadores comentou, inclusive, que o presidente da República, em sua recente entrevista à imprensa, citou como exemplo de progresso econômico a Coreia do Sul. "Agora, a Coreia restabelece as eleições diretas para presidente e antecipa a eleição do futuro chefe do governo. O modelo político da Coreia é tão bom ou até melhor para o Brasil do que o modelo econômico daquele país, mencionando por Sarney" — foram as palavras que o emissário ministerial do presidente ouviu num estado nordestino (R. A. L.)

Goiano quer novos rumos na economia

O PMDB de Goiás terá uma participação ativa na Convenção Nacional do Partido, a se realizar dias 18 e 19 em Brasília, segundo informou ontem o deputado Fernando Cunha, coordenador da bancada federal do seu Estado no Congresso. Para tanto, ele participou ontem de reunião com o governador Henrique Santillo e com a Executiva do PMDB, já tendo preparado um cronograma de reuniões.

Amanhã, haverá uma reunião no Palácio das Esmeraldas quando a bancada e a Executiva estadual do Partido discutirão as principais teses que serão debatidas na Convenção Nacional. O plano Bresser, por exemplo, já está sendo debatido e estudado, sendo possível que haja propostas no sentido de sua alteração, da mesma forma que no plano político vai se tentar o máximo de posições unitárias da bancada do PMDB goiano.